

## RELIGIÃO E INTOLERÂNCIA AOS HOMOSSEXUAIS: ANÁLISE DO LAPOP-BRASIL EM RELAÇÃO À TOLERÂNCIA POLÍTICA (2006 A 2018)

*RELIGION AND INTOLERANCE TO HOMOSEXUALS: ANALYSIS OF LAPOP-BRAZIL IN RELATION TO POLITICAL TOLERANCE (2006-2018)*

## RELIGIÓN Y INTOLERANCIA HOMOSEXUALES: ANÁLISIS DE LAPOP-BRASIL EN RELACIÓN CON LA TOLERANCIA POLÍTICA (2006-2018)

*Naiara Sandi de Almeida ALCANTARA<sup>1</sup>*

**Resumo:** Este texto tem como objetivo discutir a intolerância política, em âmbito nacional, utilizando como variável interveniente a religião e como grupo alvo os homossexuais, pois se trata de uma minoria que, desde a década de 1990, passou a demandar publicamente direitos sociais e políticos, deixando de ser um grupo obscurecido e tornando-se alvo de intolerância. A metodologia utilizada foi a análise descritiva e estatística dos surveys aplicada pelo LAPOP, com a finalidade de avaliar simultaneamente os efeitos da religiosidade individual e nacional. Partiu-se de duas hipóteses: i) a assiduidade na prática religiosa pode ser um preditor de maior objeção à participação do grupo pesquisado no âmbito político; ii) muito embora no período analisado (2006-2018) o Brasil tenha passado por uma série de mudanças legislativas em prol dos direitos dos homossexuais, a população é majoritariamente intolerante a esse grupo. A partir das análises, verificou-se que a frequência religiosa é uma variável preditora de intolerância, e que os mais religiosos tendem a ser mais intolerantes nos anos analisados. Todavia, as médias de tolerância são altas e estão em movimento crescente. Assim como a legislação no país tem se tornando mais tolerante, os cidadãos também, ao menos em relação aos homossexuais.

**Palavras-Chave:** Intolerância Política, Comportamento Político, Homossexualidade.

### INTRODUÇÃO

Segundo Gibson (2006, p. 21), a intolerância política é um dos maiores problemas desde os processos de globalização e emigração, e a tolerância política é a única forma de amenizar os conflitos e confrontos, como mostra o autor: “tolerance is an essential endorphin of a democratic body politic”.

Desde os primeiros estudos sobre tolerância, vários outros surgiram e teorias foram sendo acumuladas, mas isso não significa que todas as questões acerca do tema foram sanadas, pois outras foram surgindo como, por exemplo, a forma de mensurar

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Paraná, Brasil. Email: nayara\_sandy@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3343-5097>  
<http://doi.org/10.36311/1519-0110.2020.v21n2.p137-158>

a intolerância. Apesar de haver uma série de estudos que propõem formas de medir a intolerância, como o de Sullivan, Piereson e Marcus (1982), ao serem expostos ao escrutínio acadêmico, sofreram diversas críticas quanto ao mecanismo de mensuração.

Diante das questões que permanecem em aberto na literatura sobre tolerância, o objetivo principal do artigo é avaliar em que medida a religiosidade em sua dimensão individual (filiação denominacional e intensidade de participação) e nacional (grau de laicidade, abertura do mercado e contexto religioso) conformam o fenômeno da tolerância política no Brasil, em relação aos homossexuais.

Ademais, a realização deste artigo também é justificada pelo fato de que, desde a década de 1950, nos Estados Unidos são realizados estudos sistemáticos acerca de atitudes públicas em relação a grupos impopulares, e através da análise da literatura encontraram-se estudos acerca do tema em outros países desenvolvidos. Todavia, pouco se sabe sobre tolerância política na América Latina, especialmente no Brasil. À vista disso, pretende-se contribuir com a literatura nacional, através da análise da série histórica do Survey Brasil -Latin American Public Opinion Project (LAPOP)<sup>2</sup> em nível nacional, que resultou em uma investigação sobre a legislação vigente no que diz respeito aos direitos e garantias de homossexuais, para verificar se o país é considerado tolerante ou não e se esses dados influenciam em alguma medida o nível individual.

A metodologia utilizada foi a análise quantitativa e descritiva do LAPOP, em relação aos surveys aplicados bianualmente de 2006 a 2018. Utilizou-se como variável dependente a tolerância em relação aos homossexuais que se candidataram a cargos públicos, ou seja, um direito estendido a qualquer cidadão no Brasil. Já em relação às variáveis preditoras foram escolhidas a frequência religiosa e a legislação do país, haja vista que o objetivo do artigo é analisar o nível individual e nacional no que tange à tolerância. Partiu-se das seguintes hipóteses: i) a assiduidade na prática religiosa pode ser um preditor de maior objeção à participação do grupo minoritário pesquisado no âmbito político; ii) durante o período analisado (2006-2018) o Brasil passou por uma série de mudanças legislativas em prol dos homossexuais, ainda assim a população é majoritariamente intolerantes a esse grupo.

## DEFINIÇÃO E PESQUISAS PRECURSORAS NA ÁREA DE TOLERÂNCIA POLÍTICA

A tolerância política já foi definida por uma série de autores, como Sullivan, Piereson e Marcus (1982) que a definiu como um conceito relacionado a justiça processual, que são as regras postas para a manutenção do *jogo* em uma sociedade democrática. Ainda que contrários a determinados grupos, os indivíduos deverão estender a esses os direitos de falar, publicar, concorrer a cargos públicos e demais direitos. Além disso, a intolerância é mais fácil cognitivamente que a tolerância, já que é mais fácil aprender estereótipos e

<sup>2</sup> Survey Brasil -Latin American Public Opinion Project (LAPOP). Disponível em: <https://www.vanderbilt.edu/lapop/brazil.php> Último acesso em: 06 de abril de 2020

preconceitos sobre os grupos diferentes, portanto, é necessário que os direitos civis sejam constantemente renovados, pois é comum o surgimento de novos grupos minoritários clamando por direitos e participação política (MARCUS et al., 1995).

As pesquisas sobre tolerância política tiveram início em 1950, através das pesquisas de Samuel Stouffer (1955), que investigou a intolerância política em relação a certos grupos alvos, quais sejam, comunistas, socialistas e ateístas. Esses grupos foram escolhidos porque o cenário político era desfavorável aos mesmos, que vinham sofrendo perseguições pelo então senador dos EUA, Joseph McCarthy, protagonista do movimento que ficou conhecido como macathismo (1950-1954), cuja proposta era a perseguição de todos que fossem considerados traidores do sistema, portanto, quem se demonstrava contrário ao regime dominante capitalista e católico, era considerado dissidente e poderia sofrer sanções (STOUFFER, 1955).

Dentre os resultados encontrados por Stouffer (1955), verificou-se que a maioria dos americanos era intolerante aos grupos minoritários pesquisados, concordando com a negação do direito aos integrantes desses grupos de falar em público, lecionar em escolas e trabalhar como balconista em lojas. Verificou-se que a intolerância estava relacionada à sensação de ameaça gerada nos entrevistados pelo grupo não conformista (STOUFFER, 1955, JACKMAN, 1972).

Além disso, a maioria dos entrevistados concordava que a cidadania daqueles admitidamente comunistas deveria ser subtraída, que livros escritos por eles não deveriam estar em bibliotecas públicas, que ao governo fosse permitido grampear e ouvir seus telefonemas privados, para que assim pudesse incriminar e prender indivíduos assumidamente pertencentes a esse grupo. Outros resultados da pesquisa indicaram que os norte-americanos majoritariamente não concordavam com a livre concorrência no mercado de ideias, já que se opunham à oportunidade desses grupos classificados como não-conformistas exporem suas opiniões (STOUFFER, 1955, JACKMAN, 1972).

Para além da sensação de ameaça, Stouffer (1950) procurou também mapear condicionantes sociais das atitudes tolerantes e verificou que, dentre as variáveis testadas, a educação causava grande impacto sobre o comportamento tolerante, principalmente porque se mostrou relevante para a redução do sentimento de ameaça. A pesquisa indicou que quanto maior era o grau educacional do indivíduo, maior era sua capacidade cognitiva de compreender as normas democráticas em sua amplitude.

Após esse estudo inicial, os trabalhos de Prothro e Grigg (1960) e McClosky (1964) aparecem frequentemente como referências para o campo. O primeiro utilizou amostras das cidades de Arbor (Michigan) e Tallahassee (Florida) e verificou que, apesar da imensa maioria dos entrevistados manifestar aderência aos princípios gerais da democracia, quando o que estava em questão era a aplicabilidade desses princípios, como liberdade de expressão e de organização a grupos específicos, como os comunistas, tais princípios não eram postos em prática. McClosky (1964) chegou a resultados

semelhantes, registrando que 94% da sua amostra aderiu aos ideais da democracia, mas apenas 36% aceitava a aplicação desses ideais a grupos específicos. Para esse autor, os entrevistados falhavam em compreender que os princípios da democracia devem ser aplicados a circunstâncias concretas, e elegiam alguns grupos como tão objetáveis que não eram capazes de permitir a eles o exercício básico de direitos.

A pesquisa realizada por Stouffer na década de 1950 continuou sendo replicada nas décadas posteriores, e os resultados dessas pesquisas começaram a ser interpretados como positivos, por conta do declínio do sentimento de intolerância. Autores como Davis (1975) e Nunn et al. (1978) tentaram explicar o aumento da tolerância através de mudanças no contexto social e político, como expansão da educação, revolução na comunicação, dentre outros fatores. Todavia, segundo Sullivan, Piereson e Marcus (1982) as explicações eram apenas especulações não confirmadas pelos dados.

Sullivan, Piereson e Marcus (1982) demonstraram que a sociedade norte-americana da época da pesquisa de Stouffer não realizava diferenciações significativas entre os comunistas, ateístas e socialistas, portanto, em 1970, quando as questões sociais envolvendo os comunistas não eram mais relevantes para os canais noticiosos, a intolerância em relação aos três grupos passou por um declínio. Todavia, essa constatação não mostra que os americanos se tornaram mais comprometidos com os ideais abstratos da democracia, já que ao longo das décadas vários outros grupos alvos de intolerância foram surgindo.

Diante desse cenário de pluralização dos alvos da intolerância política, esses autores propõem uma técnica alternativa de mensuração dessas atitudes, baseada na identificação inicial dos grupos principais de desafeição, os *least-liked*. Essa técnica consiste na apresentação prévia de uma lista contendo grupos ideologicamente diversos, indo da extrema direita à extrema esquerda, em que o entrevistado deve escolher o grupo que menos gosta. Na sequência, os entrevistados são interrogados sobre o quanto aprovam ou desaprovam ações possíveis de serem praticadas pelo grupo escolhido (SULLIVAN; PIERESON; MARCUS, 1982).

Ainda que atualmente seja comum utilizar a técnica de *least-liked*, ou seja, durante a aplicação do Survey identificar inicialmente o grupo que o entrevistado menos gosta, para que seja possível afirmar que o entrevistado não faz parte e nem é favorável aos grupos pesquisados, os questionários do American Barometer<sup>3</sup> do LAPOP utilizados nesta pesquisa,

<sup>3</sup> O Americas Barometer é uma das muitas e crescentes atividades do LAPOP e a única pesquisa sobre opinião pública democrática e comportamento que abrange as Américas (Norte, Centro, Sul e Caribe). Há um esforço do LAPOP para medir valores e comportamentos democráticos nas Américas usando amostras nacionais de probabilidade de adultos em idade de votar. Em 2004, a primeira rodada de pesquisas do Americas Barometer foi implementada em 11 países participantes; a segunda ocorreu em 2006 e incorporou 22 países em todo o hemisfério. Em 2008, 23 países das Américas foram incluídos e mais de 36.000 indivíduos. Em 2010, 26 países foram pesquisados, envolvendo mais de 43.000 entrevistas. Em 2012, 26 países foram incluídos novamente e mais de 41.000 pesquisas foram realizadas. A rodada de 2014 incluiu pesquisas realizadas em 28 países das Américas e mais de 50.000 entrevistas. A rodada de 2016/17, que marca a última rodada do Americas Barometer foi realizada em 29 países e incluiu mais de 43.000 entrevistas. O Americas Barometer é o projeto de pesquisa regional mais abrangente do Hemisfério Ocidental (LAPOP Mission).

não realizam a verificação do grupo menos quisto. Segundo Ribeiro e Borba (2020), a não utilização do método *least-liked* pode ocasionar erros de mensuração, porque pergunta indistintamente para qualquer entrevistado sobre o grupo alvo, portanto, eventualmente homossexuais ou pessoas favoráveis a essa minoria também serão questionados. Mas fizemos uso desses dados, porque já foram analisados e utilizados por Ribeiro e Borba (2020), ademais os autores não o classificaram como *dado pobre*, por auxiliar na produção de conhecimento sobre um tema ainda pouco discutido no Brasil.

## TOLERÂNCIA POLÍTICA NO BRASIL E A LEGISLAÇÃO NACIONAL SOBRE OS HOMOSSEXUAIS

Durante o levantamento da literatura verificou-se que diferentemente do que acontece em democracias desenvolvidas, nas jovens democracias o número de trabalhos sobre tolerância é escasso. Por isso, nessa seção, revisamos o trabalho mais recente na área que utiliza como objeto de pesquisa o mesmo banco de dados que será utilizado nesse artigo.

Ribeiro e Borba (2020) realizaram uma pesquisa, em nível nacional, utilizando como parâmetro de análise os períodos de 2015 e 2016 e os processos políticos compreendidos entre esses anos, como o impeachment da Presidente Dilma Rousseff. Para analisar o contexto nacional, os autores utilizaram um conjunto de variáveis do LAPOP, partindo da hipótese da relevância de recursos e atitudes, nos processos políticos que estavam ocorrendo na época, isto é, partiram do pressuposto de que “[...] os mais escolarizados e mais comprometidos com a adesão normatiza a forma democrática sejam também os mais tolerantes” (RIBEIRO; BORBA, 2020).

Os autores realizaram uma série de pesquisas, dentre elas, o quanto os entrevistados estavam dispostos a permitir que homossexuais se candidatassem a cargos públicos, e os resultados demonstram que a média de tolerância era maior que a metade e crescia nos últimos anos, também se utilizaram da integração das variáveis analisadas anteriormente de maneira separada, para criação do Índice de Tolerância Política (ITP) (RIBEIRO; BORBA, 2020).

Através do ITP, constataram que quanto mais o indivíduo adere aos conceitos abstratos da democracia, mais é tolerante e o posicionamento ideológico, o índice de apoio às instituições, a sensação de segurança e o sexo não apresentaram resultados significativos. Dentre as variáveis demográficas, a idade demonstrou ser inversamente significativa, quanto mais velho menor é a tolerância, e a escolaridade significativa, quanto maiores a escolaridade mais tolerante. Os homossexuais foram analisados separadamente, e as variáveis que se mostraram significantes foram distintas da análise anterior, como, por exemplo, sexo se mostrou significativa, uma vez que as mulheres tendem a ser mais tolerantes. Escolaridade também apresentou significância, e a idade, novamente, mostrou-se inversamente significativa. Dentre os demais condicionantes analisados nenhum apresentou significância (sensação de segurança, índice de democratismo, apoio as instituições e posicionamento ideológico) (RIBEIRO; BORBA, 2020).

Os autores concluíram ser essencial analisar os níveis de tolerância dos brasileiros diante das questões políticas pelas quais o país vem passando. Os resultados das análises demonstraram que, de maneira geral, os índices que indicam tolerância são altos, mas estão passando por um declínio nos últimos anos. Apesar dos resultados não serem alarmantes, refletem processos políticos como o impeachment da Presidente Dilma Rousseff. Além do mais, os dados encontrados foram semelhantes aos verificados nos EUA que, assim como o Brasil, elegeu candidatos populistas, confirmando a hipótese da pesquisa de que os entrevistados mais escolarizados e que mais aderem à democracia tendem a ser mais tolerantes (RIBEIRO; BORBA, 2020).

Para a análise deste trabalho foi utilizada como variável independente a religião em nível individual, e em nível nacional a legislação brasileira. Por isso, para esse segundo nível de análise foi esquematizado o quadro abaixo com o panorama referente ao tratamento legislativo dispensado aos homossexuais.

Quadro 01- Panorama geral em relação aos direitos dos homossexuais no Brasil					
País	Homossexualidade é legal	Relacionamento entre pessoas do mesmo sexo	Reconhecimento do casamento e ano da legalização	Adoção de crianças e ano da legalização	Leis anti-discriminação, e ano de criação.
Brasil	Desde 1980	Legal	Legal (União Estável, 2011)	Legal, 2011	Possui, 2019

Fonte: Autora, a partir da legislação do país (2020).

O quadro 01 apresenta uma síntese resumida dos principais direitos dos homossexuais no Brasil, muitas vezes fruto de lutas políticas travadas pelo movimento homossexual que, no país, surgiu a partir da década de 1970, formado por grupos institucionalizados ou não, composto por indivíduos com uma série de identidades sexuais. Segundo Facchini (2003), o movimento no Brasil pode ser dividido em três etapas que não são completamente delimitadas, mas servem como um parâmetro para compreender como funcionou o movimento desde sua criação.

A primeira etapa concentrou-se no eixo Rio-São Paulo, e ficou conhecida por seu caráter mais libertário e alternativo. A fundação do primeiro grupo homossexual ocorreu em 1978, e foi denominado como SOMOS, que inicialmente era composto somente por homens. Depois de receber certa notoriedade, passou a receber novos membros. A partir desse grupo outros foram surgindo, representando o público lésbico. O encerramento desse período ocorre no final da década de 1980, coincidindo com o retorno da democracia e a disseminação da AIDS-HIV, chamada pelo senso comum como *peste gay*. Nesse segundo período, o movimento gay passou por um declínio (FACCHINI, 2003).

O terceiro período, que se inicia por volta da segunda metade da década de 1990, mostra um crescimento do movimento, razão pela qual ficou conhecido

como reflorescimento, com maior participação da mídia e resposta do movimento à disseminação da AIDS-HIV, pautando-se nos direitos humanos, organização de eventos de rua para a visibilidade dos homossexuais, e a continuação do Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO), que em seu início (1980) contou com a participação de 8 grupos e em 1995 com 84 grupos (FACCHINI, 2003).

Todos os grupos criados durante os três períodos mencionados, bem como os encontros realizados grupos visavam a conquista de direito pelos homossexuais, ainda que os ganhos mais efetivos tenham se iniciado somente em 2011. Em 1980, a homossexualidade já não era mais criminalizada e, ao menos teoricamente, os indivíduos não podiam mais ser presos sob a alegação de serem gays. As mudanças legislativas iniciaram-se por meio do Projeto de Lei do Senado n. 612, de 2011, que instituiu o casamento homoafetivo. Essa emenda reconheceu como entidade familiar a união estável entre duas pessoas do mesmo sexo, que podem dessa forma, constituir família (BRASIL, 2011).

Posteriormente, passou a ser questionada a equidade da união estável em relação ao casamento. Tendo como parâmetro o artigo nº 1790 do Código Civil, Lei 10406/02<sup>4</sup>, em julgamento concluído em maio de 2017, decidiu-se pela inconstitucionalidade do referido artigo, pois continha disposição não isonômica para cônjuges e companheiros no que diz respeito à sucessão hereditária. Para as famílias homoafetivas que tiveram seus julgamentos de partilha de bens anteriores a essa decisão não há possibilidade de recursos, segundo o ministro Luíz Roberto Barroso, mas as novas partilhas que estão em processo, ainda podem ter um julgamento igual ao estabelecimento em casamento, portanto, o companheiro que está expresso na união estável terá os mesmos direitos do cônjuge do casamento civil, no que diz respeito às regras de sucessão (STF, 2011)

Para além das questões relacionadas à união de pessoas do mesmo sexo, o Brasil passou a contar com a criminalização da discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e outros (LGBT+). Por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), a partir de junho de 2019, a homofobia e a transfobia passaram a ser consideradas crimes de racismo (lei nº 7.716/1989), ante o reconhecimento da omissão legislativa, haja vista a não existência de tipo penal específico que incrimine referidas condutas no Código Penal brasileiro (STF, 2019).

Além disso, uma maneira de ampliar os direitos dos homossexuais é permitir que eles exerçam os mesmos direitos de casais heterossexuais, como, por exemplo, a adoção

<sup>4</sup> CC - Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Art. 1.790. A companheira ou o companheiro participará da sucessão do outro, quanto aos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável, nas condições seguintes: (Vide Recurso Extraordinário nº 646.721) (Vide Recurso Extraordinário nº 878.694) I - se concorrer com filhos comuns, terá direito a uma quota equivalente à que por lei for atribuída ao filho; II - se concorrer com descendentes só do autor da herança, tocar-lhe-á a metade do que couber a cada um daqueles; III - se concorrer com outros parentes sucessíveis, terá direito a um terço da herança; IV - não havendo parentes sucessíveis, terá direito à totalidade da herança. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10608066/artigo-1790-da-lei-n-10406-de-10-de-janeiro-de-2002>. Último acesso em: 06 de abril de 2020.

de crianças. Isso é possível, porque dentre os requisitos para a adoção, previstos no art. 197 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), está que sejam os adotantes casados ou possuam união estável, e ambos os institutos são estendidos a casais homoafetivos.

O Brasil possui uma legislação bastante tolerante aos direitos sociais dos homossexuais, e também encoraja a tolerância em relação a esse grupo, por intermédio de leis e entendimentos jurisprudenciais que permitem que pessoas do mesmo sexo se casem e criminaliza a discriminação em relação aos mesmos. Assim, é possível que mudanças governamentais influenciem o sentimento de tolerância em relação a essa minoria.

## METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a quantitativa e descritiva, em nível nacional. Através da série histórica de dados do LAPOP no Brasil (2006, 2008, 2010, 2012, 2014, 2016, 2018) realiza-se uma análise multinível<sup>5</sup>, testando a tolerância em relação aos homossexuais em nível nacional e individual, tendo como principal interveniente individual a religiosidade, e a legislação em nível nacional. Portanto, foram realizados testes tendo como variável dependente a tolerância em relação aos homossexuais se candidatarem a cargos públicos e como variável independente, individual, a frequência com que o indivíduo participa de reuniões de cunho religioso. Em nível nacional foi analisada a legislação do Brasil em relação aos homossexuais.

Verificou-se que o Brasil possui uma legislação vigente bastante tolerante, porque os relacionamentos homossexuais não são criminalizados, existe entendimento do STF que reconhece a união estável de casais do mesmo sexo, estendendo a esses casais os mesmos direitos dos casais heterossexuais. Ademais, desde a legalização da união homoafetiva, foi aberto o precedente de adoção de crianças por casais do mesmo sexo. O último direito adquirido por essa minoria no Brasil foi em relação à homofobia, que em 2019 passou a ser considerada crime.

As variáveis utilizadas foram: a) variável dependente: “D5. E agora, mudando de assunto e pensando nos homossexuais, o quanto o/a sr./sra. aprova ou desaprova que estas pessoas possam candidatar-se para cargos públicos?” Organizada em uma escala de 10 pontos, em que 1 significa descordo firmemente e 10 aprova firmemente (variável quantitativa); b) variável independente: em nível individual utilizou-se a variável “CP6. Reuniões de alguma organização religiosa? Assiste uma vez por semana (1); Uma ou duas vezes ao mês (2); Uma ou duas vezes ao ano (3); Nunca (4); NS/ NR (8)”. (variável qualitativa ordinal). Em nível nacional, utilizou-se a legislação do país em relação aos homossexuais.

---

<sup>5</sup> No sentido de tentar verificar questões nos dois níveis: individual e também nacional, mas não utilizaremos nenhum script específico para programação.



Tendo em vista as características das variáveis, acredita-se que o melhor teste a ser utilizado é o teste de diferenças de médias (ANOVA) e se verificada a diferença, o teste de Tukey, em nível individual. Em nível nacional, foi realizada uma análise através da comparação de grupos. Por meio da recodificação da variável que mensura a frequência religiosa, foi possível dividir o banco em dois grupos: 1- religiosos (compostos por pessoas que vão, ainda que somente uma vez ao ano, à missa, cultos e afins); 2- não religiosos (composto por quem nunca frequenta missas, cultos e afins). Com isso, foi possível testar a tolerância em relação aos homossexuais e verificar se, com o passar do tempo e novos entendimentos jurisprudenciais, existem diferenças entre os grupos. Para essa parte da análise, a variável tolerância também foi recodificada em três grupos: primeiro (1 a 4): desaprova; segundo (5 a 6): neutros; terceiro: (7 a 10) aprova.

## RESULTADOS

A amostra bianual entre 2006 e 2018 foi de 10.840 indivíduos entrevistados.

Tabela 1 – Teste ANOVA e Tukey para o ano de 2006, entre a V. dependente e a V. independente

ANOVA						TUKEY			
D5. O QUANTO O SR./SRA APROVA OU DESAPROVA QUE ESTAS PESSOAS POSSAM CANDIDATAR-SE PARA CARGOS PÚBLICOS?						D5. O QUANTO O SR./SRA APROVA OU DESAPROVA QUE ESTAS PESSOAS POSSAM CANDIDATAR-SE PARA CARGOS PÚBLICOS?			
	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.	CP6. O SR./SRA ASSISTE ÀS REUNIÕES DE ALGUMA ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA?	N	Subset for alpha = 0.05	
<b>Between Groups</b>	141,406	3	47,135	4,631	0,003			1	2
<b>Within Groups</b>	11939,24	1173	10,178			Uma vez por semana	297	5,38	
<b>Total</b>	12080,64	1176				Uma ou duas vezes ao mês	207	5,65	5,65
						Uma ou duas vezes ao ano	148	6,07	6,07
						Nunca	525		6,19
						Sig.		0,081	0,259
						Means for groups in homogeneous subsets are displayed.			
						a. Uses Harmonic Mean Sample Size = 237,256.			
						<b>b. The group sizes are unequal. The harmonic mean of the group sizes is used. Type I error levels are not guaranteed.</b>			

Fonte: Autora, a partir do LAPOR, 2006

Em 2006, a partir do teste ANOVA verificou-se que existem diferenças de médias entre as variáveis dependente e independente, porque a ANOVA de uma via demonstrou que existe efeito do grupo sobre tolerar que homossexuais candidatem-se a cargos públicos [ $F(3,1173) = 4,631$ ;  $p < 0,05$ ], ( $p=0,003$ ). Então, foi feito o teste de Tukey para encontrar as diferenças entre as médias. A saída do Tukey somente apresenta os resultados divididos em grupos, quando há diferenças de médias, isto é, quando a média aparece em um único grupo significa que não há diferenças. Através da tabela do Tukey para 2006, constatou-se que há diferenças entre os grupos mais religiosos (que vão à missa, cultos e afins) uma vez por semana (5,38 média), para o grupo que nunca vai (6,19).

Como o índice de tolerância é medido em uma escala de 10 pontos, e mesmo para os mais religioso a média superior a 5, entende-se que de maneira geral a população é tolerante a homossexuais se candidatarem a cargos públicos, todavia, quanto menos religioso maior é a tolerância.

Tabela 2 – Teste ANOVA e Tukey para o ano de 2008, entre a V. dependente e a V. independente

ANOVA						TUKEY			
D5. O QUANTO O SR./SRA APROVA OU DESAPROVA QUE ESTAS PESSOAS POSSAM CANDIDATAR-SE PARA CARGOS PÚBLICOS?						D5. O quanto o sr./sra aprova ou desaprova que estas pessoas possam candidatar-se para cargos públicos?			
	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.	CP6. O sr./sra assiste às reuniões de alguma organização religiosa?	N	Subset for alpha = 0.05	
Between Groups	135,776	3	45,259	4,391	0,004			1	2
Within Groups	14501,689	1407	10,307			Uma vez por semana	297	5,36	
Total	14637,464	1410				Uma ou duas vezes ao mês	207	5,55	5,55
						Uma ou duas vezes ao ano	148	5,93	5,93
						Nunca	525		6,07
						Sig.		0,081	0,259
						Means for groups in homogeneous subsets are displayed.			
						a. Uses Harmonic Mean Sample Size = 237,256.			
						b. The group sizes are unequal. The harmonic mean of the group sizes is used. Type I error levels are not guaranteed.			

Fonte: Autora, a partir do LAPOR, 2008

Para 2008, o teste também apresentou diferenças de médias na saída da ANOVA entre as variáveis dependente e independente com o seguinte resultado [ $F(3,1404) =$

4,391;  $p < 0,05$ ], ( $p=0,004$ ). Através da tabela do Tukey para 2006, percebeu-se que há diferenças entre os grupos mais religiosos (que vão à missa, cultos e afins) uma vez por semana (5,36 média), para o grupo que nunca vai (6,07).

Tabela 3 – Teste ANOVA e Tukey para o ano de 2010, entre a V. dependente e a V. independente

ANOVA						TUKEY			
O (A) SR./SRA APROVA OU DESAPROVA QUE ESTAS PESSOAS POSSAM CANDIDATAR-SE PARA CARGOS PÚBLICOS?						O QUANTO O(A) SR./SRA APROVA OU DESAPROVA QUE ESTAS PESSOAS POSSAM CANDIDATAR-SE PARA CARGOS PÚBLICOS?			
	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.	REUNIÕES DE ALGUMA ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA? ASSISTE...	N	Subset for alpha = 0.05	
Between Groups	152,322	3	50,774	4,942	0,002			1	2
Within Groups	24470,1	2382	10,273			Uma vez por semana	727	6,25	
Total	24622,4	2385				Uma ou duas vezes ao mês	384	6,57	6,57
						Nunca	998		6,81
						Uma ou duas vezes ao ano	275		6,86
						Sig.		0,415	0,513
						Means for groups in homogeneous subsets are displayed.			
						a. Uses Harmonic Mean Sample Size = 464,872.			
						b. The group sizes are unequal. The harmonic mean of the group sizes is used. Type I error levels are not guaranteed.			

Fonte: Autora, a partir do LAPOP, 2010

Resultado semelhante ao de 2008 e 2006 foi encontrado para o ano de 2010. A partir da ANOVA encontra-se diferenças de médias entre as variáveis dependente e independente com o seguinte resultado [ $F(3,2378) = 4,942$ ;  $p < 0,05$ ], ( $p=0,002$ ). Através da tabela de Tukey para 2010, tem-se que há diferenças entre os grupos mais religiosos (que vão à missa, culto e afins) uma vez por semana (6,25 média), para o grupo que nunca vai (6,81) e os que vão uma ou duas vezes ao ano (6,86).

Tabela 4 – Teste ANOVA e Tukey para o ano de 2012, entre a V. dependente e a V. independente

ANOVA					TUKEY				
D5. E AGORA, MUDANDO DE ASSUNTO E PENSANDO NOS HOMOSSEXUAIS, O QUANTO O(A) SR./S					D5. E AGORA, MUDANDO DE ASSUNTO E PENSANDO NOS HOMOSSEXUAIS, O QUANTO O(A) SR./S				
		REUNIÕES RELIGIOSAS O SR. FREQUENTA	N Mean Square	Subset for alpha = 0.05					
	Sum of Squares	df		F	Sig.		1	2	
Between Groups	201,381	3	67,127	7,041	0,000	Uma vez por Semana	491	6,4	
Within Groups	13728	1440	9,533			Uma ou duas vezes ao ano	160	6,59	
Total	13929,4	1443				Uma ou duas vezes ao mês	255	6,69	6,69
						Nunca	538		7,26
						Sig.		0,684	0,123
						Means for groups in homogeneous subsets are displayed.			
						a. Uses Harmonic Mean Sample Size = 284,354.			
						b. The group sizes are unequal. The harmonic mean of the group sizes is used. Type I error levels are not guaranteed.			

Fonte: Autora, a partir do LAPOR, 2012

Igualmente para o ano de 2012, a partir da ANOVA encontrou-se diferenças de médias entre as variáveis dependente e independente com o seguinte resultado  $[F(3,1436) = 7,041; p < 0,05], (p=0,000)$ . Analisando a tabela do Tukey para 2006, é possível afirmar que há diferenças entre os grupos mais religiosos (que vão à missa, cultos e afins) uma vez por semana (6,40 média), para o grupo que nunca vai (7,26).

Tabela 5 – Teste ANOVA e Tukey para o ano de 2014, entre a V. dependente e a V. independente

ANOVA						TUKEY HSD <sup>A,B</sup>		
APRUEBA EL DERECHO A LOS HOMOSEXUALES DE POSTULARSE A CARGOS PÚBLICOS						APRUEBA EL DERECHO A LOS HOMOSEXUALES DE POSTULARSE A CARGOS PÚBLICOS		
	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.	ASISTENCIA A REUNIONES DE UNA ORGANIZACIÓN RELIGIOSA	N	Subset for alpha = 0.05
Between Groups	65,763	3	21,921	1,933	0,122	Una vez a la semana	613	1
Within Groups	16693,8	1472	11,341			Una o dos veces al mês	287	6,19
Total	16759,5	1475				Una o dos veces al año	154	6,28
						Nunca	422	6,51
						Sig.		0,303
						Means for groups in homogeneous subsets are displayed.		
						a. Uses Harmonic Mean Sample Size = 286,147.		
						b. The group sizes are unequal. The harmonic mean of the group sizes is used. Type I error levels are not guaranteed.		

Fonte: Autora, a partir do LAPOR, 2014

Para o ano de 2014 não se encontra diferenças de médias, pois a partir da ANOVA verificou-se que o p não foi significativo, com o seguinte resultado [ $F(3,1469) = 1,933$ ;  $p > 0,05$ ], ( $p=0,122$ ). Somente para confirmar a inexistência das diferenças de médias, foi realizado o teste de Tukey, apesar de não ser recomendado quando o p da ANOVA não é significativo. Gerando o teste de Tukey verificou-se que não houve subdivisão entre os grupos, portanto, não existe diferente entre os muito e nada religiosos.

Tabela 6 – Teste ANOVA e Tukey para o ano de 2016, entre a V. dependente e a V. independente

ANOVA						TUKEY HSD <sup>A,B</sup>			
APPROVAL OF HOMOSEXUALS' RIGHT TO RUN FOR OFFICE						APPROVAL OF HOMOSEXUALS' RIGHT TO RUN FOR OFFICE			
	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.	ATTENDANCE AT MEETINGS OF RELIGIOUS ORGANIZATION	N	1	2
Between Groups	237,101	3	79,034	7,031	0,000				
Within Groups	16725,3	1488	11,24			1	498	6,3052	
Total	16962,4	1491				2	334	6,6018	6,6018
						Never	520		7,1692
						Once or Twice a Year	140		7,2857
						Sig.		0,717	0,072
						Means for groups in homogeneous subsets are displayed. a. Uses Harmonic Mean Sample Size = 284,334. b. The group sizes are unequal. The harmonic mean of the group sizes is used. Type I error levels are not guaranteed.			

Fonte: Autora, a partir do LAPOP, 2016

Para o ano de 2016 voltou-se ao padrão já verificado anteriormente, o teste da ANOVA apresentou diferenças de médias entre as variáveis dependente e independente com o seguinte resultado:  $[F(3, 1485) = 7,031; p < 0,05]$ ,  $(p=0,000)$ . Na tabela de Tukey para 2016 há diferenças entre os grupos mais religiosos (que vão à missa, cultos e afins) uma vez por semana (6,3052), para o grupo que nunca vai (7,1692) e para os que vão uma ou duas vezes ao ano (7,2857).

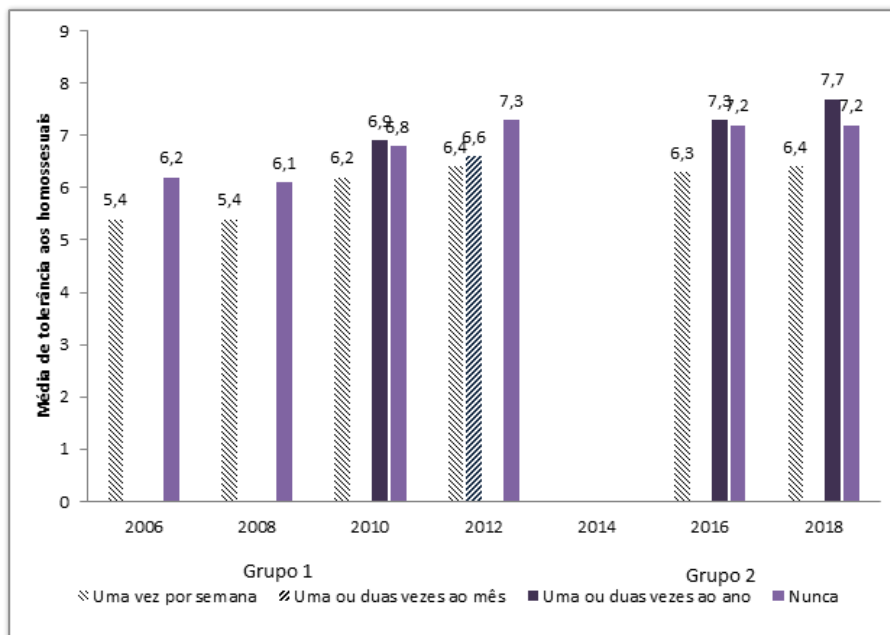
Tabela 7 – Teste ANOVA e Tukey para o ano de 2018, entre a V. dependente e a V. independente

ANOVA						TUKEY HSD <sup>A,B</sup>			
d5						d5			
	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.	cp6	N	Subset for alpha = 0.05	
Between Groups	247,545	3	82,515	7,981	0,000			1	2
Within Groups	15064,3	1457	10,339			1	510	6,3922	
Total	15311,8	1460				Una o dos veces al mês	280	6,9786	6,9786
						Nunca	554		7,1606
						Una o dos veces al año	117		7,7094
						Sig.		0,172	0,053
						Means for groups in homogeneous subsets are displayed.			
						a. Uses Harmonic Mean Sample Size = 251,821.			
						b. The group sizes are unequal. The harmonic mean of the group sizes is used. Type I error levels are not guaranteed.			

Fonte: Autora, a partir do LAPOR, 2018

Igualmente para o ano de 2018, o teste da ANOVA apresentou diferenças de médias entre as variáveis dependente e independente com o seguinte resultado:  $[F(3, 1453) = 7,981; p < 0,05], (p=0,000)$ . Em relação a tabela do Tukey para 2018, verificamos que há diferenças entre os grupos mais religiosos (que vão à missa, cultos e afins) uma vez por semana (6,3052), para o grupo que nunca vai (7,1606) e para os que vão uma ou duas vezes ao ano (7,7094).

Gráfico 1 Resultado do teste de diferenças de médias (Tukey) da tolerância aos homossexuais relacionada com a intensidade religiosidade por ano (2006-2018)



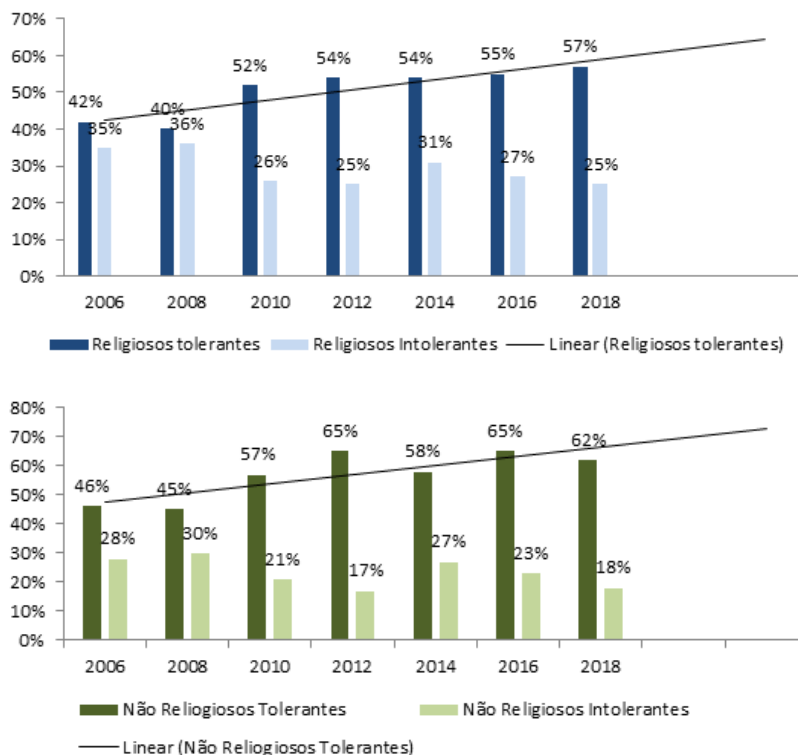
Fonte: Autora, a partir dos dados do LAPOP.

A partir do teste de diferença de médias foi possível criar o gráfico 1, que apresenta as médias de todos os anos separadas pelos grupos gerados no teste de Tukey. O grupo 1 possui linhas tracejadas e o grupo 2 está colorido. Esse gráfico foi gerado para demonstrar que de 2006 a 2018 o país passou por um crescimento das médias entre os dois grupos, mas os grupos tracejados estão sempre menores que os grupos coloridos, lembrando que o grupo 1 representa os indivíduos mais religiosos, por isso entende-se que a tolerância no país está crescendo, em média, em relação aos homossexuais, mas sempre os menos religiosos tendem a tolerar mais.

Já em nível nacional realizamos o procedimento descrito na metodologia. Dividimos o banco de dados em dois grupos, quais sejam: 1- Religiosos e 2- Não religiosos. Após essa divisão, testamos a variável tolerância e chegamos a 4 grupos distintos, quais sejam: a) religiosos tolerantes; b) religiosos intolerantes; c) não-religiosos tolerantes e d) não religiosos intolerantes. Após essa análise descritiva, analisamos a literatura no que tange à aquisição de direitos pelos homossexuais e os anos de aplicação do LAPOP, para entender as mudanças no gráfico em relação às mudanças legislativas.



Gráfico 2- Análise da tolerância política em dois grupos: Religiosos e não religiosos, 2006 a 2018



Nota: Faltarão uma porcentagem para chegar a 100%, porque não inserimos os neutros na análise gráfica.

Fonte: Autora, a partir do LAPOP

Conforme o gráfico 2, subpartido em duas projeções gráficas podemos verificar que existem dois dados que estão em movimento crescente: o de religiosos tolerantes e o de não religiosos também tolerantes. Ou seja, com o passar dos anos está havendo um aumento da tolerância tanto entre religiosos, quanto entre os não religiosos. Em contrapartida, em um movimento óbvio (pois se um aumenta o outro tende a diminuir), os intolerantes estão diminuindo. Esperávamos encontrar resultados semelhantes aos apresentados, pois os ganhos legislativos para os homossexuais se iniciaram mais proeminentemente no Brasil em 2011, através da regulamentação da união homoafetiva e possibilidade de adoção de crianças por casais do mesmo sexo, e posteriormente o entendimento jurisprudencial de 2017 que equiparou em todos os sentidos o casamento de homossexuais a dos heterossexuais.

Apesar dos resultados apresentados percebemos algumas nuances entre as barras, primeiro que em todos os anos, invariavelmente, os religiosos são menos tolerantes que os não religiosos. Em segundo lugar, percebemos que apesar do movimento crescente ao longo dos anos, observando apenas o gráfico dos religiosos, entre 2012 e 2014 os dados estagnaram para a tolerância, e a intolerância aumentou em 6%, posteriormente em 2016 o movimento voltou a ser crescente para tolerância e a intolerância passou a diminuir. Observando o gráfico de não religiosos, a situação foi mais significativa, pois os dados em 2014 não estagnaram, eles diminuíram em 7% de tolerância, já a intolerância aumentou 10%, em 2016 a tolerância voltou a crescer, mas até a última aplicação de Survey a intolerância ainda permanece mais alta do que estava em 2012.

## CONCLUSÕES

Ainda que as pesquisas nos EUA, e em outros países desenvolvidos e com democracias mais solidificadas, as pesquisas sobre tolerância tenham se iniciado há mais de sete décadas, na América Latina, especialmente no Brasil, ainda são poucos os trabalhos que discutem o tema. O LAPOP foi um dos primeiros Surveys a inserir em sua pesquisa uma bateria de questões que pode ser utilizada para medir tolerância, portanto, é a partir dos bancos dessa organização que se iniciou a produção de artigos no Brasil, como o que foi apresentado na análise da literatura. Os resultados encontrados por esse artigo corroboram parte dos resultados apresentados por Ribeiro e Borba (2010), mas não se verificou diminuição ou alteração do sentido da tolerância em decorrência de mudanças mais evidentes na legislação em relação aos homossexuais.

Desde o primeiro ano de análise (2006) já se verifica que as médias de tolerância em relação a homossexuais se candidatarem a cargos públicos é superior a 5, por isso infere-se que os indivíduos já eram mais tolerantes que intolerantes. Mas, como existe diferença de média, e as médias maiores se encontram no segundo grupo, entende-se que quanto mais religioso menos tolerante. Resultado muito semelhante ao encontrado em 2008, inclusive para o valor das médias. Em 2010 as médias são maiores que 6, tanto para os mais religiosos quanto para os não religiosos, novamente há diferenças de médias, mas é uma diferença pequena, enquanto o indivíduo altamente frequentante tolera em média 6,25, o que nunca frequenta tolera 6,81.

Em 2012 a tolerância permaneceu crescendo em ambos os grupos, mas os não frequentantes se distanciam em quase 1 ponto (média) dos frequentantes e ultrapassam a média de 7 pontos de tolerância, maior média desde o primeiro Survey aplicado. Em 2014 parece haver uma mudança no sentido de retrocesso da tolerância, pois todas as médias diminuíram e pela primeira vez não houve diferença entre as médias, portanto, não houve diferença em relação a intensidade religiosa. Em 2016 retomou-se o crescimento acompanhado nos anos anteriores a 2014, e novamente constata-se

diferenças de médias, em que os mais frequentantes estão na escala pouco superior a 6 pontos de média, e os menos ou nunca frequentantes pouco mais de 7 pontos de média.

O último ano de análise (2018) apresenta um resultado interessante, permanecendo no mesmo sentido de crescimento da tolerância, observados nos anos anteriores, com exceção de 2014, mas um dado não esperado é que os indivíduos que frequentam uma vez ao ano apresentam uma média superior a aqueles nunca frequentam, 7,7 e 7,1, respectivamente. Observa-se que as médias em geral estão crescendo, mesmo entre os religiosos, mas é inegável que os menos religiosos são mais tolerantes e se aproximam de 8 pontos de média.

Já em relação à análise do banco dividido em 2 grupos - religiosos e não religiosos - em comparação com a legislação, relacionando com a variável sobre tolerância aos homossexuais, percebeu-se que os não religiosos são sempre mais tolerantes que os frequentantes mais assíduos, todavia em ambos os grupos (religiosos e não religiosos) existe uma parcela de intolerância. Essa parcela está diminuindo com o passar dos anos, conforme a legislação do país torna-se mais tolerante a essa minoria, a população também apresenta crescimento de tolerância.

Através das análises realizadas verificou-se que a hipótese I foi confirmada, porque de fato a assiduidade na prática religiosa demonstrou ser um preditor de maior intolerância. Já a hipótese II foi refutada, pois conforme ocorrem as mudanças legislativas os cidadãos estão se tornando mais tolerantes, só não foi possível verificar o quanto existe de correção ou regressão entre essas variáveis. Ainda assim, entende-se que o objetivo do artigo foi cumprido, pois em alguma medida conseguiu-se analisar dois níveis sociais. Ademais, como se verificou através da literatura que a tolerância é um item importante para o regime democrático, os resultados apresentados demonstram que o cenário é positivo, de cidadãos tornando-se mais tolerantes aos homossexuais no Brasil.

ALCANTARA, N. S. A. Religion and intolerance to homosexuals: analysis of LAPOP-Brazil in relation to political tolerance (2006-2018). *ORG & DEMO* (Marília), v. 21, n. 2, p. 137-158, Jul./Dez., 2020.

**Abstract:** This text has the purpose to discuss political intolerance, at the national level, using religion as the intervening variable and the homosexuals as a target group, because it is a minority that, since the 1990s, began to publicly demand social and political rights, stopped of being an obscured group and becoming the target of intolerance. The methodology used was the descriptive and statistical analysis of the surveys applied by LAPOP, with the purpose of simultaneously valuating the effects of individual and national religiosity. We started from two hypotheses: i) assiduity in religious practice can be a predictor of greater objection to the participation of the searched group in the political sphere; ii) even though in the analyzed period (2006-2018) Brazil has undergone a series of legislative changes in favor of the rights of homosexuals, the population is mostly intolerant to this group. From the analysis, it was found that religious frequency is

a predictor of intolerance, and that the most religious end to be more intolerant in they earsanalyzed. However, tolerance averages are high and are on therise. Just as legislation in the country has become more tolerant, so have citizens, atleast in relation to homosexuals.

**Keywords:** Political intolerance, Political Behavior, Homosexuality.

**Resúmem:** Este texto tiene como objetivo discutir la intolerancia política, a nivel nacional, utilizando la religión como variable interviniente y los homosexuales como grupo objetivo, ya que es una minoría que, desde la década de 1990, comenzó a reclamar públicamente derechos sociales y políticos, deja de ser un grupo oscurecido y convertirse en el blanco de la intolerancia. La metodología utilizada fue el análisis descriptivo y estadístico de las encuestas aplicadas por LAPOP, com el propósito de evaluar simultáneamente los efectos de la religiosidad individual y nacional. Partimos de dos hipótesis: i) la asiduidad em la práctica religiosa puede ser um predictor de mayor objección a la participación del grupo investigado em la esfera política; ii) aun que em el período analizado (2006-2018) Brasil ha experimentado una serie de cambios legislativos a favor de los derechos de los homosexuales, la población es mayoritariamente intolerante con este grupo. Del análisis, se encontró que la frecuencia religiosa es um predictor de intolerancia, y que los más religiosos tienden a ser más intolerantes em los años analizados. Sin embargo, los promedios de tolerância son altos y van em aumento. Así como la legislación em el país se há vuelto más tolerante, también lo hanhecho los ciudadanos, al menos em relación com los homosexuales.

**Palabras clave:** intolerancia política, comportamiento político, homosexualidad.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2002.

BRASIL. **Projeto de Lei do Senado n. 612,** de 2011. Casamento homoafetivo. Autoria: Senadora Marta Suplicy (PT/SP). Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/102589>. Acesso em: 06 abr. 2020

DAVIS, J. A. Communism, conformity, cohorts, and categories: American Tolerance in 1954 and 1972-73. **American Journal of Sociology.** Chicago, v. 81, n. 3, p. 491-513, nov., 1975.

FACCHINI, R. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cadernos AEL.** Campinas, v.10, n.18-19, p.81-122, 2003.

GIBSON, J. L. Enigmas of intolerance: fifty years after stouffer's communism, conformity, and civil liberties. **Perspectives on Politics.** Cambridge, v. 4, n.1, 2006.

JACKMAN, R. W. Political elites, mass publics, and support for democratic principles. **The Journal of Politics.** Chicago, v. 34, n.3, p. 753-773, 1972.

MARCUS, G. E. et al. **With malice toward some.** Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

MCCLOSKEY, H. Consensus and ideology in American politics. **The American Political Science Review.** Cambridge, v. 58, n. 2, p. 361-382, 1964.

NUNN, C. et al. **Tolerance and Nonconformity.** San Francisco: Jossey-Bass, 1978.

PROTHRO, J. W.; GRIGG, C. M. Fundamental principles of democracy: bases of agreement and disagreement. **The Journal of Politics.** Chicago, v. 22, ed. 2, p. 276-294, 1960.

RIBEIRO, E.; BORBA, J. Tolerância política no Brasil recente: evolução de indicadores e condicionantes. **Cadernos CRH**. Salvador, v. 32, n. 87, p. 641-657, 2020. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i87.23749>

SULLIVAN, J. L., PIERESON, J., MARCUS G. E. **Political tolerance and American democracy**. London: University of Chicago Press, 1982.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). **STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>. Acesso em: 06 abr. 2020

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). Supremo reconhece união homoafetiva. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178931>. Acesso em: 06 abr. 2020

STOUFFER, S. A. **Communism, conformity and liberties**: A cross-section of the nation speaks its mind. Nova York: Doubleday, 1955.

---

Submetido em: 10-05-2020

Aceito em: 21-08-2020.

